

TEMOS UMA AGENDA EDUCACIONAL?!

Council of the European Academy of Teachers in General Practice. The EURACT Educational Agenda. Official final version prepared for WONCA- Region Europe Conference in KOS, Greece, 2005. Disponível em: URL: <http://www.euract.org/html/pdf/agenda.pdf>. [acedido em 10/01/2006].

Em 2002, a WONCA Europa publicou a Nova Definição Europeia de Clínica Geral/Medicina Familiar (versão reduzida em <http://www.apmcg.pt/document/71479/875900.pdf>). Esta definição contém 11 características consideradas fundamentais para a profissão que são ou deveriam ser generalizáveis a todos os sistemas de cuidados de saúde, independentemente das diferenças de contexto. Nessa altura, alertou-se para a necessidade de compreender que o benefício global do exercício da Clínica Geral/Medicina Geral

e Familiar só faz sentido, para as pessoas e para os sistemas de cuidados, se as 11 características fundamentais da disciplina forem postas em prática.

A EURACT, decorridos 2 anos da produção da anterior definição, aprofundou agora as suas consequências educacionais. As 11 características da profissão agregadas em seis competências (gestão em cuidados de saúde primários, cuidados centrados na pessoa, aptidões específicas para a resolução de problemas, abordagem abrangente, orientação comunitária e abordagem holística) conduzem-nos a 25 objectivos educacionais considerados de «primeira linha» e a 80 de «segunda linha». A agenda educacional produzida pelo EURACT dirige-se aos que se encontram envolvidos na prática educativa, a desenvolver programas de ensino, mas também a políticos e a profissionais de saúde.

Conceptualizado de forma a providenciar um modelo de ensino de competências, o documento ajuda também estudantes e internos a definir finalidades de aprendizagem e meios de monitorizar o seu alcance.

As 47 páginas do seu conteúdo dividem-se por oito capítulos. Começam por uma introdução, precedida de uma citação célebre do Professor Sir Denis Pereira Gray, que mostra a dificuldade da execução da tarefa a que os autores se propõem: «*General practice is the easiest job in the world to do badly, but the most difficult to do well*». A introdução contextualiza o nascimento da agenda, descreve a utilidade para os diversos actores e explica o nível conceptual em que se situa. Nos dois capítulos seguintes é apresentada uma versão reduzida das competências fundamentais do Médico de Família e uma análise comparativa da agenda, agora construída, com outros documen-

tos da mesma índole. Seguem-se 6 capítulos dedicados ao delineamento dos objectivos educacionais, que decorrem das 6 competências, todos eles organizados de forma idêntica: introdução, objectivos, métodos, formas de avaliação, definição de contextos e de calendários de aprendizagem. O capítulo 7 dedica-se a descrever os aspectos contextuais, de atitude e científicos que se perfilam como transversais ao conjunto dos objectivos definidos, e o capítulo 8 visa fazer a integração e a síntese das diferentes etapas de desenvolvimento profissional. Por último, temos um glossário de termos educacionais.

A bibliografia que suporta os diversos capítulos poderá ser leitura de referência para diferentes níveis

de ensino. Este documento sugere métodos de avaliação para o conjunto dos objectivos consequentes com os métodos escolhidos para avaliar a globalidade e a síntese. Devemos comparar o que aqui é proposto com a realidade portuguesa e reflectir quer sobre a congruência entre objectivos educacionais e métodos de avaliação, quer sobre o ambiente de prática a que estudantes, internos e profissionais devem ser expostos para que se possam atingir os objectivos propostos.

Este documento realça o «saber em acção», o «saber que não se diz», assim como a necessidade implícita da aprendizagem em situação real onde o aprendiz se autonomiza do seu orientador e ganha responsabilidade. A sua leitura ajuda a com-

preender como pode ser a Medicina Geral e Familiar melhor aprendida e avaliada assim como se poderão harmonizar os diferentes programas de aprendizagem na Europa, numa «Área de Educação Superior Europeia», em 2010, como preconiza a Declaração de Bolonha de 1999. Por isso, e também porque se perfilam novas formas organizativas da prática clínica, será útil promover uma discussão em seu torno, a nível do ensino pré-graduado, pós-graduado e do aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional.

Isabel Santos

Centro de Saúde de Oeiras

Departamento de Clínica Geral – Faculdade
de Ciências Médicas – UNL